



## O ENSINO PRIMÁRIO NO SERTÃO: AS ESCOLAS ISOLADAS, AS ESCOLAS RURAIS, AS ESCOLAS REUNIDAS E OS GRUPOS ESCOLARES VISTOS POR BAIXO

Cacia Valeria de Rezende[1]

Luiz Sérgio Gomes de Sá[2]

Kátia Maria Limeira Santos[3]

### 3. Educação no Campo, Movimentos Sociais

#### RESUMO:

O artigo tem como objetivo compreender a educação no alto sertão sergipano, nas décadas de 1950 a 1970, no intuito de averiguar os tipos de escolas e o processo de expansão da educação formal nas cidades de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, ancorada, sobretudo nos autores: Samuel (1990), Thompson (1998) e Mendonça (1958); a documental e a metodologia da história oral fundamentada em Alberti (2004). Assim, observamos que a expansão da educação formal no sertão sergipano se deu através da ruralização da educação e as escolas isoladas, rurais, reunidos e grupos escolares funcionaram paralelamente.

**Palavras Chave:** Sertão; escolas, educação.

#### RESUMEN:

El artículo tiene como objetivo entender la educación en el alto Sergipe backcountry, en las décadas de 1950 a 1970 con el fin de descubrir los tipos de escuelas y el proceso de expansión de la educación formal en las ciudades de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Canindé de San Francisco, Wells Redondo, Porto da Folha, Gararu y Nuestra Señora de Lourdes. Investigación bibliográfica, anclada principalmente en los autores se utilizó: Samuel (1990), Thompson (1998) y Mendonça (1958); documental y la metodología de la historia oral basada en Alberti (2004). Así, se observa que la expansión de la educación formal en Sergipe hinterland se produjo a través de la educación y la ruralización escuelas rurales aisladas, reuniones y grupos de la escuela corría paralelo.

**Palabras clave:** Hinterland; escuelas, educación.

#### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender os tipos de escolas no alto sertão sergipano, nos anos de 1950 a 1970, revelando a educação nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Gararu, Porto da Folha e Nossa Senhora de Lourdes. Foi utilizada a pesquisa

bibliográfica, documental e a metodologia da história oral com base em Verena Alberti (2004) que a principal fonte de pesquisa foi construída a partir dos depoentes, na maioria ex-professoras, ex-alunos e o artista plástico Cícero Alves dos Santos, mais conhecido como Véio. Assim, levantamos a seguinte indagação: Como se deu o processo de expansão de escolas públicas, no alto sertão sergipano

O memorialista do sertão, Arivaldo Oliveira (1981, p.33), detalhou, no livro *Reminiscência*, a impressão que teve da escola isolada em que estudou na sua infância. O estado físico do ambiente escolar, a princípio, não o agradou, já que o casebre não tinha beleza, conforto e organização, mas foi por meio dele que ele tornou-se escrivão da cidade de Monte Alegre nos anos 1950, uma vez que, segundo Oliveira, (1981, p.33): "Em terra que não há onça, todo bichinho é leão". A simplicidade da escola e a informalidade do interior da instituição de ensino refletiam a precariedade do processo de escolarização no sertão sergipano. No período de 1950 a 1970, o sertanejo conviveu com três tipos de escolas: isoladas, rurais e os grupos escolares. Segundo dados do Plano Estadual de Educação e Cultura de 1970, as escolas sergipanas estavam assim distribuídas: [...] notamos que 78,36% do total das unidades de ensino são escolas de apenas uma sala/de aula, sejam elas denominadas Rurais (200) ou Isoladas (296). Além dos 103 Grupos Escolares registrados, somente 23 unidades possuem mais de uma sala de aula (9 E. Rurais, 5 E. Isoladas, 9 E. Reunidas). (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p.23).

## **2. ESCOLAS NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Ainda de acordo com o Plano Estadual de Educação e Cultura (1970), a maioria das escolas sergipanas, na década de 1970, foi composta por apenas uma sala de aula e, conforme relato da professora Maria Dagmar Menezes<sup>[1]</sup>, as escolas isoladas funcionavam em lugares inadequados: residências das professoras ou outros salões alugados. Estas salas eram, em geral, pequenas, com uma ou duas janelas para manter a ventilação; não havia divisão por série, assim, como já sinalizado, os alunos da primeira à quarta série dividiam um mesmo quadro, geralmente pequeno. A maioria não tinha cadeiras, tamboretas ou bancos para todos os discentes, então, enquanto uns escreviam, outros aguardavam no chão. Era uma mesa para todos (geralmente a mesa era comprida, mas não atendia à demanda, se tornando pequena). O recreio era realizado em frente à instituição ou dentro da sala. Cada professora lotava a sala com aproximadamente 50 alunos, afirma a docente Maria Dagmar Menezes (2012). De acordo com o Plano Estadual de Educação e Cultura (1970, p.23): "[...] convém notar que, dentre as 296 Escolas Isoladas, 252 funcionavam em casas de particulares, geralmente residências adaptadas, não apresentando condições favoráveis ao ensino". Para Zago (1980):

Nas E. I., o ensino geralmente é ministrado por um único professor para alunos de diferentes níveis de escolaridade na mesma sala de aula e no mesmo período de tempo. Quando a matrícula ultrapassa 45 alunos, a E. I. pode ser desdobrado, e neste caso, o número de séries existentes na escola passa a ser dividida entre dois professores. (ZAGO, 1980, p.4)

Sobre essa realidade, a professora Maria Dagmar Menezes relata:

As escolas isoladas situadas no centro da cidade e também nos interiores...eu lecionava aqui, na cidade, situada na Avenida 7 de Setembro, número 11. Eu não gostava. Eu tinha cinquenta alunos, porque a escola não oferecia nada, não tinha onde as crianças se sentarem, ou escrever. Escreviam, coitadinhos...até de joelhos nos bancos...eu trabalhei três anos. Então, depois de três anos eu fui lecionar numa escola rural. Eu gostei muito, muito, muito. Eu tinha cinquenta alunos, tinha carteira, tinha quadro, tinha estante, tinha um terreno extenso, onde eu fiz um grande jardim. Eu fiz uma parte para horta, porque o pessoal gostava, tinha muita ajuda, por exemplo o povo da exatoria, dos rapazes da cidade, porque em um dia eu plantei cinquenta pés de roseira e fez a entrada toda em flores, bambu, e no dia de domingo...meu Deus, era onde as moças ia passar a tarde, os rapazes ia passar a

tarde, várias e várias vezes. Olhe...até brincarem no galpão, tinha baile, era uma festa o dia de domingo. (Maria Dagmar Menezes, 2012).

Tal depoimento somado aos outros que foram apropriados das trajetórias de vida das outras professoras, bem como de escritores nativos e das lavradoras, a exemplo de Berenice Souza Goiz (88 anos), Lucila Soares de Souza (80 anos) e Maria Elita Santos (70 anos), retratam as experiências do alto sertão, corroborando com o que conclui Samuel (1990, p.231), para quem "a evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo". Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmos, apesar de muito trabalhados, não fornecem, uma vez que os detalhes, tal como a diversidade de versões acerca de um fato, abordados nas vozes das testemunhas, possibilita um acervo imenso de fontes orais, que também passam a ser "documentos da memória", já que, segundo Benjamin, o tempo é lacunar, deste modo, "existe a possibilidade de diferentes versões e interpretações dos acontecimentos; propõe ir além, utilizar-se do olhar do detetive, do observador, do poeta" (PAIM, 2005, p.77). Sendo assim

Para Benjamin, escrever a história a contrapelo é preencher as lacunas, as brechas, o que ficou interditado através de argumentações diferentes, não apenas fazendo outro discurso e sim fazendo explodir o discurso dado. Não fazer uma história no contra-discurso e, sim, fazer aparecer nela o outro que ficou apagado, expropriado, tirado de cena; é integrar os excluídos. (PAIM, 2005, p.84).

Como forma de contribuir com o entendimento de uma cultura local, trago à luz a experiência da lavradora Berenice Souza Goiz<sup>[2]</sup> (88 anos), que estudou em escola isolada da rede municipal, no centro da cidade de Nossa Senhora da Glória, com Dona Marieta, a professora. Pelo fato de ser a irmã mais velha, era responsável por cuidar dos 11 irmãos mais novos, e à medida que o número de irmãos crescia, sua vida tornava-se mais difícil, pois tanto era responsável pelas crianças e pela casa, quanto pela comida, já que sua mãe, Rita de Souza Goiz, trabalhava na lavoura e teve vários resguardos, devido aos partos. Naquela época, não havia água encanada, assim as garotas saíam pela manhã e passavam o dia no açude lavando roupa. A atividade do lar privou Berenice de frequentar a escola regularmente e, assim como ela, outras meninas foram babás de seus irmãos, muitas delas sacrificaram sua infância e juventude em prol dos irmãos mais novos. Sobre este tipo de cultura, analisa Thompson: "[...] essa era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes tradicionais e procurava reforçá-los." (THOMPSON, 1998, p.19). Ainda sobre as responsabilidades das irmãs mais velhas, rememora a lavradora Lucila Soares de Souza:

[...] fui uma pessoa que ajudei muito minhas tias, as minhas primas. A minha prima tinha filhos, mandava me chamar pra me tomar conta dos pequeninhos dela, eu tomava conta. Fui uma pessoa que gostei muito de criança, meus irmãos quando falecia um, eu só faltava morrer, a minha irmã, eu tinha uma irmã, ela é viúva, ela mora em Carira e ela quando casou, eu tive um sentimento tão grande. O povo dizia: - deixe de ser tola, ela casou porque quis e agora você tá com esse sentimento todo - eu sentia muito, mais vivi bem graças a Deus. Meus pais, uns pais muito direitos, muito trabalhador. Criou a gente sem confusão. A minha mãe casou com 16 anos e toda vida viveu feliz graças a Deus e hoje já vou fazer 80 anos e ainda estou andando, né Graças a Deus. Cheguei de Carira domingo, meus sobrinhos que eu tomei conta e botei pra estudar vem me trazer aqui em casa e vem me buscar, e a minha vida é assim. (Lucila Soares de Souza, 2012).

Ao ouvir o relato de lavradoras, principalmente das primogênicas, era visível o apego delas pelos irmãos mais novos. Lucila Soares de Souza<sup>[3]</sup> (80 anos) rememora: "olhe eu quase não estudei, a minha professora foi uma prima minha, Lourdes, eu estudei uns dias, mais eu era tão pegada com meus irmãos que eu não deixava eles." Ela hoje é semianalfabeta, pois interrompeu seus estudos para dar a oportunidade para seus irmãos. Esta história também se repetiu com outras jovens sertanejas que, apesar de não terem filhos, adotaram os irmãos como se fossem. Um casaram e tiveram filhos, outras viveram apenas em função dos pais, irmãos e familiares, como é caso de Lucila. Ela reside até hoje na casa que era dos seus pais. O escritor

sertanejo Oliveira (1981, p.53) evidencia a responsabilidade dos filhos mais velhos a favor dos mais novos: "Eu, Terezinha, Arnaldo e Zefinha fomos os pioneiros da família. Sofremos mais a agudeza do trabalho, esse trabalho que nosso pai nos impunha, aos mais velhos, e que não era crime, do que os mais novos".

Tais percursos podem, por certo, ter repercutido na irregularidade dos alunos na escola, o que trouxe consequências desastrosas, como o índice elevado de repetência e evasão escolar. Em época de plantação e colheita, os alunos tinham de conciliar o trabalho com os estudos e, muitas vezes, eles não iam à escola. No período de seca, a fome, miséria e as constantes enfermidades provocavam um desequilíbrio no fluxo de alunos. Sobre o sertão dos anos 1950, ressaltou Mendonça (1958, p.58-59): "A população sertaneja é vítima da fome epidêmica. Periodicamente, o flagício das secas faz surgir, no sertão, epidemias de fome global, quantitativa e qualitativa, que atinge a desnutrição completa e até a inanição aguda". O processo de ensino-aprendizagem era marcado por peculiaridades locais que atingiam o aluno e o próprio profissional de educação, que apesar de iniciar com uma turma lotada, via gradualmente reduzir. Sem saber como e o que fazer, estes professores assistiam aos dramas do ensino formal no sertão.

As professoras de escolas estaduais alegam que o Estado não fornece o material necessário e os alunos são por demais pobres para que se lhes possa exigir algum sacrifício. Com engenho e dedicação, porém, conseguiriam eles, facilmente, superar as dificuldades, uma vez que qualquer material, por mais modesto, coletado pelos próprios alunos na comunidade, serviria para a consecução das tarefas. (MENDONÇA, 1958, p. 133).

Maria Elita Santos (70 anos) ingressou na escola aos sete anos de idade, estudou em escola isolada, na cidade de Nossa Senhora da Glória. Segundo Elita, havia várias escolas isoladas espalhadas na cidade e apenas uma escola rural, todas essas escolas eram lotadas. Ela estudou na escola isolada, a princípio, com "D. Glorinha", e depois com "D. Cleodice Tavares". D. Glorinha ensinava aproximadamente 50 alunos, em uma pequena sala, na sua própria residência, alguns alunos levavam um banco para sentar, porque não havia bancos para todos. D. Glorinha tinha uma auxiliar que era a própria filha. Conforme Mendonça (1958, p.126): "[...] Muitas delas não possuem uma só carteira para alunos, apenas têm bancos comuns, em número insuficiente, obrigando os escolares a trazerem diariamente, para a escola, banquinhos individuais toscos, de uso doméstico".

criando problemas graves de escolaridade. Entre outros efeitos da desnutrição, nas massas escolares, cumpre assinalar: os desajustamentos, o rendimento insatisfatório e anti-econômico da aprendizagem e a repetência. Determinando um estado de depressão biológica permanente, causando a fadiga, a abulia, a aprouxia, o desnimo, a má nutrição reduz as possibilidades da aprendizagem e influi consideravelmente no comportamento do aluno. (MENDONÇA, 1958, p.58).

Devido à precariedade da vida no campo, muitos sertanejos aventuraram a sorte em outros estados brasileiros. Segundo Leite (1999), a Ruralização Pedagógica foi, por certo, uma tentativa das políticas públicas para aplacar o processo de migração do homem rural para a zona urbana. Conforme o autor supracitado: "As dimensões da problemática que envolve a escola rural atualmente são bastante extensas, considerando que, historicamente, a educação em si sempre foi negada ao povo brasileiro e, especificamente, ao homem do campo" (LEITE, 1999, p. 53). Apesar da campanha para incentivar aos rurícolas a permanecer na zona rural, o processo de migração permaneceu contínuo. Assim, o processo de Ruralização Pedagógica não impediu a saída do homem campestre, mas possibilitou a implantação de escolas rurais na região do semiárido sergipano.

Apesar de todo esforço empregado pela CNER para a fixação do homem no campo, o êxodo rural no Brasil iniciou-se na década de 1950, simultaneamente ao pleno funcionamento das missões, Campanhas Rurais e do Programa de Extensão. De qualquer modo, o sucesso ou não desses programas não iria impedir o grande êxodo

na década de 1960. (LEITE, 1999, p. 37).

Conforme o Decreto Estadual N. 202 de 31 de maio de 1950, Art. 1º: "Fica aberto, pela Secretaria da Justiça e Interior, o crédito especial da quantia de quatro milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 4 200 000, 00), para ocorrer ao pagamento com as construções de setenta (70) Escolas Rurais." Em decorrência desse decreto, várias escolas rurais foram identificadas e mobiliadas nessa época, para segurar o homem campestre em seu habitat natural, mas essa e outras estratégias não foram suficientes para impedir os retirantes (LEITE, 1999).

A escola rural era composta pela classe de aula, que era espaçosa, um pátio de recreação, uma cantina, um almoxarifado, um banheiro para ambos os sexos. A casa do professor era composta por dois quartos, sala, cozinha e dois banheiros, a casa era entregue e mobiliada pelo Estado. A turma era composta por meninas e meninos. A professora que trabalhava na instituição era responsável pela limpeza do espaço escolar. Segundo Oliveira (2008, p.160): "O professor servia de: Diretor, secretária, servente, merendeira, vigia e muitas vezes de capacho para pais incompreensíveis." Além disso, na Escola Rural de Monte Alegre de Sergipe, em 1957, a lenha e a água eram pagas pela professora Valdete, que rememora o cotidiano escolar:

Água para beber e lenha para cozinhar eram compradas por minha conta, água para limpeza e molhar as plantas apanhava-se em um tanque de João Soares, vizinho a escola. Para cozinhar havia um rude fogão a lenha e os cozidos eram feitos em latas de querosene, depois minha mãe emprestou um tacho de cobre. Pratos, colheres e copos aluno cada aluno trazia o seu de casa. (OLIVEIRA, 2008, p. 161).

Deste modo, a professora assumia funções que lhes eram atribuídas e outras responsabilidades que não eram da sua alçada, como os pagamentos da lenha e da água. Para que a merenda fosse servida aos discentes, havia uma complementação com as doações dos alunos, uma vez que: "Na época a escola só recebia túneis de leite em pó desnatado, sem uma vitamina, ainda exigiam cardápio e mapas mensais que eram enviados a Aracaju para a coordenadora a Sr.ª Agnor" (OLIVEIRA, 2008, p.161). Deste modo, "[...] algumas crianças traziam de casa: arroz, açúcar, carne para a sopa, bananas para vitaminas que eram batidas a garfo ou uma garrafa" (OLIVEIRA, 2008, p.161), uma vez que, a Campanha Nacional de Merenda continuava apenas distribuindo o leite. Sobre a merenda escolar na década de 1950, relata o governador Leandro Maciel:

O Setor Estadual da Companhia Nacional de Merenda Escolar funcionou a contento durante o ano de 1956. Entre as diferentes unidades escolares sergipanas, foram distribuídos 810 tambores de leite em pó e, ainda, 1.295 quilos de farinha vitaminada.

A Campanha de Merenda vem tendo vigoroso impulso e excelente receptividade, tendo o Departamento de Educação atendimento a 300 escolas do interior e 20, na Capital, abrangendo um total de 17.338 escolares. (MACIEL, 1957, p.62)

Nos anos de 1970, o leite continuou sendo distribuído, como revela o governador José Rollemberg Leite:

Em 1977, procurou-se realçar mais ainda a importância que representa o Programa de Alimentação Escolar, resultado de Convênio celebrado entre o Governador do Estado e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Foram atendidos 106.514 alunos de 695 escolas. Para o alcance desses resultados foram promovidos durante o ano, vários cursos com a participação de 267 pessoas diretamente ligadas ao Programa. (LEITE, 1978, p. 53)

Sendo assim, segundo Oliveira (2008, p.161) "O jeito foi colocar alunos em equipes alternados para que ajudassem nas tarefas e no cultivo de uma horta para o complemento da merenda". Além disso, a horta era uma das propostas da Escola Rural, embora nem todos os pais aceitassem de imediato o trabalho voluntário

do filho, já que, conforme Oliveira (2008, p. 161) “[...] muitos pais a princípio não aceitavam o trabalho no ensino de horticultura, mas com o resultado da alimentação escolar os fez ceder”. (OLIVEIRA, 2008, p.161).

A criação da horta e, principalmente, sua manutenção, eram realizadas com a participação dos alunos. Os pais, a princípio, estranharam o trabalho designado aos alunos, uma vez que eles trabalhavam e nada recebiam em troca, o que desencadeou críticas e a professora Valdete teve que esclarecer a função da horta na escola e para a comunidade, já que os alunos poderiam cultivar os legumes e hortaliças que seriam usados no cardápio da refeição realizada por eles enquanto estivessem na escola. Deste modo, a horta acabou agradando aos pais “que também apreciavam os belos canteiros de verduras e flores que confundiam-se com inúmeras borboletas principalmente no período da primavera”(OLIVEIRA, 2008, p.161).

A Escola Rural Alto da Glória, por exemplo, funcionava também como um centro de cooperação e recreação, um local onde os jovens se reuniam para trocar ideias, brincar, dançar e paquerar. Em Nossa Senhora da Glória havia poucas opções para os jovens se divertirem na cidade, assim a escola era um ponto de encontro e diversão. A lembrança da professora Dagmar remonta aos acontecimentos durante a estada da juventude, na instituição. A saudade do passado revela-se tão viva para ela como sua própria existência. Os risos, as modinhas, e as brincadeiras mostram a cultura de uma geração.

Trabalhei tanto com meus alunos. Os rapazes da Exatoria [Órgão Estatal de Fiscalização] gostavam tanto do meu trabalho, que todos os domingos iam trabalhar lá, iam me ajudar com as minhas plantas. Dia de Domingo, as moças iam namorar lá. Eles passeavam e, às vezes, os rapazes tocavam violão, dançavam e brincavam. Tinha até milho para fazer canjica no dia de Domingo. Era uma festa! Quando dava cinco e meia, retornavam todos para a cidade. (Maria Dagmar Menezes, 2004).

A Escola Rural Alto da Glória funcionava em um prédio bem conservado, o da Escola Rural do Povoado Angico estava em ruínas, vale lembrar que ambas as escolas pertenciam ao município de Nossa Senhora da Glória. Sobre isso relata a ex-aluna Maria Vieira de Melo[4], filha da professora Savelina Gomes de Melo, que lecionava nesta instituição. Segundo Maria Vieira de Melo: “Quando mamãe foi trabalhar no Angico, o colégio estava escorado pra não cair, estava cai mais não cai, uma tristeza, não tinha condições de morar, mas foi para morar, foi a família de Zé Baixinho foi que deram a maior força a ela, a gente deve muito a essa família”.

Pureza Silva (75 anos) estudou na escola Rural do Povoado Quixaba, município de Nossa Senhora da Glória, com a professora Jedalva dos Santos que residia na própria casa da escola. Na época era solteira, por isso sua irmã mais velha foi morar com ela, já que, nesse momento histórico, moça de família não podia ficar sozinha, principalmente se fosse professora, já que deveria ser exemplo de moral e bons costumes. Essa professora era natural de Nossa Senhora da Glória, e ensinou até a 2ª série à Pureza, e, devido a uma enfermidade, ela foi substituída por Porfília Souza Lima. Com a professora Porfília, Pureza estudou o 3º ano e teve o 4º ano que fora interrompido pelo casamento. Ela casou aos 17 anos de idade, e partir desse momento não teve mais oportunidade de estudar, já que em cada ano tinha um filho. Isso era natural entre as mulheres sertanejas que, por desconhecimento de como evitar a gravidez, se submetiam ao risco de perder a vida em meio a tantos partos e abortos. Pureza teve 20 filhos, e, mesmo não completando a 4ª série, possibilitou aos 15 filhos vivos a oportunidade de estudar. Assim como Pureza, várias jovens sertanejas interrompiam os estudos para contrair matrimônio. O enlace era o maior dos presentes que poderiam receber, pois desde meninas eram instruídas para o matrimônio. Sobre os costumes, analisa Thompson (1998): “Se, de um lado, o costume, incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à ‘cultura’, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes” (THOMPSON, 1998, p. 15).

Nos anos 60, houve uma reforma no prédio, sendo construída uma cantina, passando-se a ter merenda escolar, e a residência do professor, transformada em outra sala de aula. Foi criado também curso de alfabetização que nos proporcionou esperança de melhora no ensino-aprendizagem. Após essa reforma, a escola passou

a chama-se: Escolas Reunidas Dom Juvêncio de Britto. (Maria Auxiliadora Melo de Britto, 2012).

Assim como em Canindé de São Francisco vários prédios de escolas rurais foram adaptados e tornaram-se "escolas reunidas". São exemplos as Escolas Reunidas Povoado São Mateus da Palestina/Gararu e as Escolas Reunidas Messias Alves da Silva/Gararu, estas instituições funcionaram com duas salas ou mais, nestes espaços as professoras se organizavam para ensinar por série, uma ficava com a 1ª e a 2ª séries e a outra com 3ª e 4ª séries, conforme depoimento de Maria Auxiliadora Melo de Britto (2012). As escolas reunidas marcaram o momento transitório para o surgimento dos grupos escolares (SOUZA, 1998). No sertão, os grupos foram erguidos tardiamente e ainda eram poucos para atender à demanda e por isso as escolas isoladas, rurais e reunidas permaneciam atuantes. Na década de 50, o Brasil estava vivendo um momento de expansão dos grupos escolares.

Os grupos escolares estavam obrigados a adotar o tipo de organização e o método de ensino das escolas-modelo do Estado. Não é fortuito, pois, que eles tenham sido inicialmente confundidos com essas escolas. Muitos municípios começavam a solicitar do governo "reunião de escolas" para a criação de uma escola modelo na cidade, como foi o caso de Bananal, Taubaté e Campinas (Of. Ordem 6.693, 1894). O termo "escolas reunidas" também foi utilizado inicialmente pelas Cmaras Municipais ao se referirem ao grupo escolar. (SOUZA, 1998, p.53-54).

O primeiro grupo escolar, segundo Souza (1998, p.54), "foi criado no interior do Estado, de Itapetininga, 1895. Essa escola deveria funcionar como escola anexa à normal que seria inicialmente criada nessa cidade". Os grupos escolares resplandeciam a glória da República, e, por isso, essas instituições foram gradualmente construídas em todo o Brasil. Os primeiros grupos foram erguidos no centro urbano, seus prédios eram verdadeiros "palácios do saber", como afirma Souza (1998). Cada professor assumia apenas uma série do ensino primário, e seus espaços contribuíram com a educação formal, que ganhou destaque e melhores condições de trabalho e permitiu entre os profissionais a troca de experiências.

Os grupos escolares foram criados na expectativa de reduzir os gastos com as casas alugadas e melhorar a estrutura escolar, permitindo a alunos e professores um ambiente confortável e propício à construção do saber. Estes "templos do saber", como afirma Souza (1998), inicialmente atraíam o olhar da comunidade, que parava para observar a beleza de seus prédios. Mas o custo para fazer esses prédios consumia boa parte da verba do poder público e a escola formal permanecia restrita à camada privilegiada brasileira. Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p.29): "Os prédios monumentos passaram, nesse momento, a significar a elitização da educação e o desprezo para com a educação dos mais pobres".

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), várias críticas foram feitas devido aos gastos excessivos com os prédios dos grupos escolares e, por isso, diversos profissionais foram chamados para debater como seria o modelo de grupo para atender à necessidade de uma educação democrática. Em razão disso, o novo modelo de prédio escolar não desembocava em gastos excessivos e gradualmente foram sendo construídos nas capitais do Brasil e, posteriormente, nas cidades do interior do Brasil.

Deste modo, o alto sertão sergipano foi contemplado por sete grupos escolares: Grupo Escolar Cícero Bezerra (ato de criação 1963), em Nossa Senhora da Glória; Grupo Escolar "Monsenhor Rangel (ato de autorização 1976), em Gararu; Grupo Escolar Cel. Maynard Gomes (ato de autorização 1976) e Grupo Escolar Desembargador Loureiro Tavares (ato de Autorização 1981), em Porto da Folha; Grupo Escolar José Inácio de Farias (ato de criação 1967), em Monte Alegre; Grupo Escolar Teotônio Alves (ato de criação 1970), em Poço Redondo; e o Grupo Escolar Almirante Tamandaré (ato de criação 1970), em Nossa Senhora de Lourdes. Estas instituições geralmente possuíam quatro classes de aula; uma sala para a diretoria, a qual era dividida em três compartimentos; uma cozinha; e três banheiros, sendo um masculino, um feminino e um para funcionários (REZENDE, 2004, p.26).

Nos grupos escolares, outros profissionais necessários surgem para auxiliar ao professor: gestor, merendeira,

servente, vigia, secretário e auxiliar administrativo. Sendo assim, à medida que a escola crescia, mais profissionais eram requisitados e, além disso, a divisão das séries facilitou o trabalho das professoras. Deste modo, a reunião de algumas salas mediou a situação das escolas isoladas que funcionavam no centro da cidade, visto que o grupo ofertava a estrutura, mobília, material didático e, devido à separação das séries, um ambiente mais propício à aprendizagem.

Os grupos escolares, segundo a professora Maria Dagmar Menezes, eram o sonho de qualquer professora, devido à comodidade e, principalmente, pelo apoio técnico. Nestas instituições o professor só desempenhava a sua própria função. Mas pelo fato das docentes nunca terem trabalhado em grupo, por certo algumas mais que outras, não sabiam lidar com a intervenção de colegas e o corpo diretivo escolar, tal como a figura do gestor, já que sempre trabalharam com muita liberdade, e, por isso, vários conflitos ocorreram. Maria Dagmar rememora que, por vezes, a “pressão baixou” e quase sucumbiu emocionalmente, em razão da rivalidade pelo cargo de diretora. As três primeiras gestoras (Cleodice Tavares de Lima, Maria Dagmar Menezes e Guiomar Souza Góes) do Grupo Escolar Cícero Bezerra, fundado em Nossa Senhora da Glória, em 1963, foram substituídas no clima de tensão e agressão verbal, isso gerou ressentimento que nem o tempo pôde curar. Hoje a idosa permanece “de mal” e prefere não falar muito sobre o assunto, uma vez que se lembrar do desentendimento mexe com a ferida do passado que permanece incurável e ainda hoje emociona a entrevistada.

A primeira diretora do “Cícero Bezerra” foi: Cleodice Tavares de Lima, que a pedido se afastou da direção sendo substituída por M<sup>a</sup>. Dagmar Menezes em 1967 foi feito concurso p/ diretores, cada diretor ia acompanhado por uma prof., o curso durou 45 dias depois da aprovação a diretora foi substituída pela prof. Guiomar Souza Góes, que foi nomeada pelo governo e dirigiu o grupo escolar 10 anos em 1978 veio p/ o Cícero Bezerra o prof. Antônio Carlos T. Manguieira que dirigiu até julho de 1983 voltando ao cargo a diretora Guiomar Souza Góes. (GÓES, 1973, p.20).

Esta citação foi retirada do manuscrito da professora Guiomar Souza Góes, de 1973. Neste texto, a professora relata como se tornou diretora e a importância do curso realizado tanto por ela, professora Guiomar, quanto pela professora Maria Dagmar que, no 1º semestre de 1967, era diretora do Grupo Escolar Cícero Bezerra, sendo que durante o curso a professora Guiomar teve um desempenho mais favorável e por isso foi convidada a assumir o cargo de diretora, substituindo a professora Maria Dagmar. Esta situação tornou a relação das duas insuportável e, a partir disso, um muro de intrigas se ergueu, e mesmo trabalhando juntas não conseguiram conviver amigavelmente. Tais tipos de disputas se somam a outras e, por certo, fazem parte da estrutura do corpo educacional do sertão sergipano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão das escolas no alto sertão sergipano tomou impulso através da ruralização da educação, foi a partir das construções das escolas rurais que muitas crianças sertanejas tiveram acesso a educação formal. Mesmo assim, as escolas isoladas permaneciam tão importantes quanto a escola rural e posteriormente os grupos escolares foram gradualmente sendo construídos ao longo de 1960 e 1970, no sertão sergipano. Sendo assim, os grupos escolares reuniram as escolas isoladas num só espaço. Isso tanto facilitou a vida das docentes, quanto reduziu os gastos dos espaços alugados pelo poder público onde funcionavam algumas escolas isoladas. Mas o número dos grupos era baixo para atender à demanda da sociedade do alto sertão, deste modo os grupos escolares, as escolas isoladas, reunidas e rurais coexistiram paralelamente até o final da década de 1990. Sendo assim, estas diversas escolas permaneceram funcionando para além da década de 70, uma vez que eram necessárias, e vale ressaltar que os alunos que residiam em povoados não tiveram a oportunidade de estudar nos grupos escolares que foram construídos no núcleo dos municípios.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOES, Guiomar Souza; MENEZES, Judite. **As professoras que lecionavam no Cícero Bezerra” sempre colaboraram para o crescimento desta escola**. Relatório. N.Sra. da Glória, agosto de 1973.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A educação em Sergipe ano: 1956**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

OLIVEIRA, Valdete Alves. **História sócio cultural da cidade de Monte Alegre de Sergipe**. Recife: Gráfica e Editora Liceu Ltda, 2008.

PAIM, Elison Antônio. As práticas de ensino de história nas lembranças dos professores. In: BERTICELI, Ireno Antônio; SILVA, Maurício Roberto da; PAIM, Elison Antônio. **Educação em análise:** formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades socioculturais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

REZENDE, Cacia Valeria de. **A contribuição da Escola Cícero Bezerra na sociedade gloriense:** (1960 a 1990). Monografia. Aracaju, 2004.

\_\_\_\_\_. **Adeus meu sertão:** namoro e casamento no sertão urbano (1940-2000). Relatório. Nossa Senhora da Glória, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Entre sonhos e tabus”:** a história dos casamentos em Nossa Senhora da Glória/SE, nos anos de 1940 e 1960. Cadernos de graduação: ciências humanas/Universidade Tiradentes. v.I, n.1 (jan./jun.,2005). Aracaju: Guetemberg, 2005. p.109-124.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. Tradução Zena Winona Eisenberg. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, set. 89/fev 90, p.219-243.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **Documentos**

LEITE, José Rollemberg. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1950.

LEITE, José Rollemberg; MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1977.

LEITE, José Rollemberg; MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1978.

LEITE, José Rollemberg; MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1979.

MACIEL, Leandro Maynard. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1957.

### Fontes orais

BRITTO, Maria Auxiliadora Melo de. **Entrevista** concedida em 27 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Canindé de São Francisco.

GOIZ, Berenice Souza. **Entrevista** concedida em 2 de Maio de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

MELO, Maria Vieira de. **Entrevista** concedida em 02 de julho de 2014 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

MENEZES, Maria Dagmar. **Entrevista** concedida em 5 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

OLIVEIRA, Valdete Alves. **Entrevista** concedida em 5 de Julho de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Aracaju.

SANTOS, Cícero Alves dos. **Entrevista** concedida em 5 de Agosto de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, Maria Elita. **Entrevista** concedida em 1 de Maio de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SILVA, Pureza. **Entrevista** concedida em 26 de Abril de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SOUZA, Lucila Soares de. **Entrevista** concedida em 26 de Abril de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

[1] Filha de José Freire de Menezes e Maria da Graça Menezes, nasceu em 09 de Maio de 1930 em Nossa Senhora da Glória. Concluiu o primário nas escolas isoladas existentes na cidade, sendo sua primeira professora Esmeralda Reis. Recrutada pelo Estado para lecionar, cursou o Ginásio em etapas, pois nas férias viajava para outros municípios em busca de concluir sua formação.

[2] Filha de Manoel Joaquim de Goiz e Rita de Souza Goiz, nasceu em 16 de outubro de 1928, em Nossa Senhora da Glória.

[3] Filha de Ecílio Soares de Brito e Ozona Pereira de Souza, nasceu em 30 de outubro de 1923, em Nossa Senhora da Glória.

[4] Filha de Savelina Gomes de Melo e João Vieira de Melo, nasceu em 27 de Agosto de 1946, no município de Nossa Senhora da Glória. Casou-se com Aluisio Vieira Santos e tiveram 19 filhos.

[1] Graduada em História e Pedagogia pela Universidade Tiradentes, pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de São Luís da França e Docência e Tutoria pela UNIT e atualmente é bolsista do mestrado em História da Educação da Universidade Tiradentes. Trabalha como tutora no curso de História na Universidade Tiradentes e participa do grupo de pesquisa, Sociedade, Educação, História e Memória liderada pela professora Dr. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. E-mail: caciavaleria@ig.com.br

[2] Pedagoga; Psicóloga; Psicopedagoga Institucional e Clínica; Pós-Graduada em Neuropsicologia e Neuropsicopedagogia; Formação em Criança Adolescência , Sociedade e Família UFS; Professora Tutora no Curso de Pedagogia UNIT. Participa do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socieducacional e Formação de Professor (GPGFOP).E-mail: [kmlsantos@gmail.com](mailto:kmlsantos@gmail.com)

.br

.

[3] Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Planejamento Educacional e em Docência e Tutoria em EAD, Professor da Educação Básica e Professor Tutor no Curso de Pedagogia UNIT. Participa do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socieducacional e Formação de Professor (GPGFOP). E-mail: [luizsergiosa@uol.com](mailto:luizsergiosa@uol.com)

.br

.

Recebido em: 26/06/2014

Aprovado em: 27/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: